

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 34/XII/3.^a SL

Aos 5 dias do mês de janeiro de 2014, pelas 9 horas e 40 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, em conjunto com a Comissão de Educação, Ciência e Cultura durante a audição do Senhor Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

9:30 Horas – Audição do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares sobre as consequências do Acórdão n.º 781/2013, do Tribunal Constitucional, relativo ao Tribunal Arbitral do Desporto (conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Cultura).

11:00 Horas (após a audição)

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Apreciação e votação de pareceres sobre as seguintes iniciativas:**
 - .Proposta de lei n.º 199/XII/3.^a (GOV) - Procede à vigésima alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando a substância 4-metilanfetamina à tabela anexa II-B**
Relatora: Deputada Elza Pais (PS)
 - .Projeto de lei n.º 465/XII/3.^a (PSD/CDS-PP) – Aprova o regime do segredo de Estado**
Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)
 - .Projeto de lei n.º 466/XII/3.^a (PSD/CDS-PP) – Cria a Entidade Fiscalizadora do Regime do Segredo de Estado**
Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)
- 4 **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;**
- 5 **Distribuição e admissão de petições;**
- 6 **Apreciação e votação das atas n.ºs 26 a 32/XII/3.^a, correspondentes às reuniões de 8 a 29 de janeiro de 2014;**
- 7 **Outros assuntos.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 34/XII/3.^a SL

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão, teve início a audição do Senhor Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, Dr. Luís Marques Guedes, sobre as consequências do Acórdão n.º 781/2013, do Tribunal Constitucional, relativo ao Tribunal Arbitral do Desporto, que produziu uma intervenção inicial, na qual explicitou o seu pensamento acerca da matéria em apreciação.

Intervieram em seguida, para comentarem e colocarem questões, os Senhores Deputados Laurentino Dias (PS), António Filipe (PCP), Paulo Simões Ribeiro (PSD) e Artur Rêgo (CDS-PP). No final, o Senhor Ministro respondeu aos Senhores Deputados, esclarecendo as questões suscitadas.

A audição terminou às 11 horas, tendo sido gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento.

Teve então início a segunda parte da reunião.

Não havendo iniciativas legislativas para distribuir, foi designada relatora a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) do parecer solicitado pela Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação sobre a análise da legalidade e constitucionalidade do pedido aduzido pelos peticionários da Petição n.º 320/XII/3.^a - Manifestam-se contra a presença do ex-Primeiro-Ministro José Sócrates em qualquer programa da RTP.

Em seguida, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas europeias:

Título do Documento	Deputado Relator	Data-limite de envio à CAE:
<i>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o funcionamento do sistema «porto seguro» na perspetiva dos cidadãos da UE e das empresas estabelecidas na UE [COM(2013)847]. Obs: distribuída também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i>	Deputada Isabel Alves Moreira (PS)	Não aplicável

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 34/XII/3.ª SL

<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO – Restabelecer a confiança nos fluxos de dados entre a UE e os EUA [COM(2013)846] Obs: distribuída também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</p>	<p>Deputada Isabel Alves Moreira (PS)</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Prevenir a radicalização que leva ao terrorismo e ao extremismo violento - Reforçar a resposta da UE [COM(2013)941].</p>	<p>Deputada Ana Catarina Mendes (PS)</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório conjunto sobre a aplicação da Diretiva 2000/43/CE do Conselho, de 29 de junho de 2000, que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica («Diretiva relativa à igualdade racial») e da Diretiva 2000/78/CE, de 27 de novembro de 2000, que estabelece um quadro geral de igualdade de tratamento no emprego e na atividade profissional («Diretiva relativa à igualdade no emprego») [COM(2014)2]. Esta iniciativa tem um documento de trabalho associado [SWD(2014)5] Obs: distribuída também à Comissão Segurança Social e Trabalho</p>	<p>Deputada Elza Pais (PS)</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Parecer da Comissão sobre a iniciativa tendo em vista um regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão 2005/681/JAI que cria a Academia Europeia de Polícia (AEP) apresentada por Bélgica, Bulgária, República Checa, Alemanha, Estónia, Grécia, Espanha, França, Croácia, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal, Roménia, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia e Suécia [COM(2014)7].</p>	<p>Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD)</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação da Decisão-Quadro 2008/913/JAI do Conselho relativa à luta por via do direito penal contra certas formas e manifestações de racismo e xenofobia [COM(2014)27]. Esta iniciativa europeia tem um documento de trabalho associado [SWD(2014)27].</p>	<p>Deputada Ana Catarina Mendes (PS)</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre os progressos realizados pela Roménia no âmbito do mecanismo de cooperação e de verificação [COM(2014)37]. Esta iniciativa tem um documento de trabalho associado [SWD(2014)37]</p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>Não aplicável</p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 34/XII/3.^a SL

No terceiro ponto da ordem do dia, começou por ser apreciado o parecer sobre a [proposta de lei n.º 199/XII/3.^a](#) (GOV) - Procede à vigésima alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando a substância 4-metilamfetamina à tabela anexa II-B, que foi apresentado pelo Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS), em substituição da respetiva relatora, Senhora Deputada Elza Pais (PS), que se encontrava ausente. No final, o parecer foi aprovado (partes I e III) por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do BE e do PEV.

Em seguida, procedeu-se ao adiamento, por uma semana, da apreciação e votação dos pareceres sobre os projetos de lei n.ºs [465/XII/3.^a](#) - Aprova o regime do segredo de Estado (PSD e CDS-PP) e [466/XII/3.^a](#) - Cria a Entidade Fiscalizadora do Regime do Segredo de Estado (PSD e CDS-PP), a requerimento do Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), iniciativas das quais é relator, uma vez que, naquela hora, se encontrava em trabalho parlamentar na 12.^a Comissão, o que suscitou as intervenções da Senhora Deputada Teresa Leal Coelho (PSD), que insistiu na necessidade de reagendamento destas iniciativas para a próxima reunião, e do Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS), que recordou que do adiamento solicitado não resultava prejuízo para o andamento do processo, uma vez que ainda não se encontrava agendada a respetiva discussão em Plenário.

No ponto seguinte, o Senhor Deputado João Lobo (PSD) procedeu à apresentação do seu relatório sobre a iniciativa europeia COM(2013)820 final – Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões – Avançar na aplicação da agenda da União Europeia em matéria de garantias processuais dos suspeitos ou arguidos – reforçar as bases do espaço europeu de justiça penal. Submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP, do BE e do PEV.

Procedeu-se, depois, à distribuição das seguintes petições: [326/XII/3.^a](#) – Pretende que o corpo de Aristides de Sousa Mendes seja trasladado para o Panteão Nacional – e [328/XII/3.^a](#) – Pretendem que a proposta de referendo sobre coadoção e adoção por

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 34/XII/3.^a SL

casais do mesmo sexo seja anulada, tendo a primeira sido admitida e designada relatora a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP). Sobre a segunda, interveio o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) no sentido de que, embora a nota de admissibilidade dos serviços propusesse a admissão dessa petição, ela deveria ser liminarmente indeferida, uma vez que não estaria na disponibilidade da Assembleia da República decidir sobre a anulação, encontrando-se o processo no Tribunal Constitucional naquele momento, posição que mereceu a concordância da Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) e do Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP), tendo, por fim, o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) proposto ao Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) a incumbência de elaborar relatório nesse sentido.

No sexto ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente colocou à votação as atas n.ºs 26 a 32/XII/3.^a, correspondentes, respetivamente, às reuniões de 8 a 29 de janeiro de 2014 que foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PCP, do BE e do PEV.

No ponto reservado a «Outros assuntos», e na sequência do incidente ocorrido na reunião do dia anterior, durante a audição da Senhora Ministra da Justiça, o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) manifestou a necessidade de serem debatidas as questões do tempo de duração das intervenções dos Deputados nas reuniões da Comissão e do papel do Presidente na condução dos trabalhos, tendo o Senhor Presidente respondido que essa discussão seria feita oportunamente, mas não naquele momento por se encontrarem ausentes os Grupos Parlamentares do PCP e do BE

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 34/XII/3.ª SL

Palácio de São Bento, 5 de fevereiro de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Fernando Negrão)

Aprovada em 05-03-2014

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 34/XII/3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
António Gameiro
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
João Lobo
Jorge Lacão
José Luís Ferreira
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
Carlos Abreu Amorim

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Magalhães

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto